FAQs

Fazendo negócios na Índia

Tributação

1. Quais são os pagamentos a efectuar em regime de ICMS, quem é o responsável e quando é que o pagamento deve ser efectuado?

No regime do GST, para qualquer fornecimento intra-estadual, os tributos a pagar são o GST Central (CGST, passando por conta do Governo Central) e o GST Estadual (SGST, passando por conta do Governo do Estado em questão). Para qualquer fornecimento interestadual, o imposto a ser pago é o GST integrado (IGST), que terá componentes do CGST e do SGST. Além disso, certas categorias de pessoas registradas deverão pagar à conta do governo o Imposto Deduzido na Fonte (TDS) e o Imposto Arrecadado na Fonte (TCS). Além disso, sempre que aplicável, juros, multa, taxas e qualquer outro pagamento também deverão ser feitos. Em geral, o fornecedor de bens ou serviços é responsável pelo pagamento do GST. No entanto, em casos específicos, como importações e outros suprimentos notificados, a responsabilidade pode ser lançada sobre o destinatário sob o mecanismo de autoliquidação. Além disso, em alguns casos, a responsabilidade de pagamento é da terceira pessoa (digamos, no caso do operador de comércio eletrônico responsável pela TCS ou Departamento do Governo responsável pela TDS) No momento do fornecimento de Bens, conforme explicado na Seção 12 e no tempo de fornecimento de serviços conforme explicado na Seção 13. O tempo é geralmente o mais antigo de um dos três eventos, ou seja, recebimento de pagamento, emissão de fatura ou conclusão do fornecimento. Diferentes situações previstas e diferentes pontos tributários foram explicados nas seções anteriores. Para mais detalhes acesse o seguinte link.

2. Quais commodities são mantidas fora do alcance do GST?

Álcool para consumo humano, viz. petróleo bruto, álcool de motor (gasolina), diesel de alta velocidade, gás natural e combustível de turbina de aviação e eletricidade. Para mais informações, clique aqui

3. O que significa a avaliação do imposto de renda?

Cada contribuinte deve fornecer os detalhes de sua renda ao Departamento de Imposto de Renda, ou seja, retornar. O Departamento de Imposto de Renda examina a declaração de renda para confirmar

Copyright © 2024 Invest India. All Rights Reserved.

se está correta. O processo de exame da declaração de rendimentos pelo Departamento de Imposto de Renda é denominado " Avaliação ". De acordo com a Lei do Imposto de Renda, existem quatro avaliações principais, conforme indicado abaixo: Seção 143 (1), ou seja, avaliação sumária sem chamar o beneficiário, ou seja, o contribuinte. Avaliação sob a seção 143 (3), ou seja, avaliação de escrutínio. Avaliação sob a seção 144, ou seja, avaliação do melhor julgamento. Avaliação sob a seção 147, ou seja, avaliação de fuga de renda. Para mais informações, clique aqui

4. O que é auditoria fiscal?

A Seção 44AB fornece as disposições relativas à classe de contribuintes que devem ter suas contas auditadas por um revisor oficial de contas. A auditoria nos termos da seção 44AB visa verificar o cumprimento de várias disposições da Lei do Imposto de Renda e o cumprimento de outros requisitos da Lei do Imposto de Renda. A auditoria realizada pelo revisor oficial de contas das contas do contribuinte em cumprimento do requisito do artigo 44AB é denominada auditoria fiscal. O revisor oficial de contas que realiza a auditoria fiscal deve apresentar suas conclusões, observações, etc., na forma de um relatório de auditoria. O relatório da auditoria fiscal deve ser apresentado pelo revisor oficial de contas nos formulários nºs 3CA / 3CB e 3CD. De acordo com a seção 44AB, as seguintes pessoas são obrigatoriamente obrigadas a ter suas contas auditadas: 1) Uma pessoa que realiza negócios, se as suas vendas totais, faturamento ou receita bruta (conforme o caso) nos negócios durante o ano excederem ou excederem US $ 145.050. Esta disposição não se aplica à pessoa que opta pelo regime de tributação presuntiva de acordo com a seção 44AD e suas vendas ou faturamento total não excedem US $ 290.100. 2) Pessoa que exerce profissão, se a receita bruta da profissão durante o ano exceder US $ 72.525. 3) Uma pessoa que é elegível para optar pelo esquema de tributação presumida da seção 44AD, mas afirma que os lucros ou ganhos para tal negócio são inferiores aos lucros e ganhos calculados de acordo com o esquema de tributação presumida da seção 44AD e sua renda excede o montante que não é tributável. 4) Se um assesse elegível optar por sair do regime de tributação presuntiva, após um período determinado, ele não pode optar por voltar ao regime de tributação presuntiva por um período de cinco anos de avaliação posterior. 5) Uma pessoa que é elegível para optar pelo regime de tributação presumida da seção 44ADA, mas afirma que os lucros ou ganhos para tal profissão são inferiores aos lucros e ganhos calculados de acordo com o regime de tributação presumida e sua renda excede o valor que é não tributável. 6) Esta disposição não se aplica à pessoa que opta pelo regime de tributação presuntiva de acordo com a seção 44AD e suas vendas ou faturamento total não excedem US $ 290.100. 7) Uma pessoa que é elegível para optar pelo regime de tributação presumida das seções 44AE, mas afirma que os lucros ou ganhos para tal negócio são inferiores aos lucros e ganhos calculados de acordo com o regime de tributação presumida das seções 44AE. 8) Uma pessoa que é elegível para optar pelo regime de tributação prescrito na seção 44BB ou seção 44BBB, mas afirma que os lucros ou ganhos para tal negócio são inferiores aos lucros e ganhos calculados de acordo com o esquema de tributação dessas

Copyright © 2024 Invest India. All Rights Reserved.

seções. A Seção 44BB é aplicável a contribuintes não residentes envolvidos no negócio de prestação de serviços ou instalações em conexão com ou fornecimento de instalações e maquinários com base no aluguel para serem usados na exploração de óleos minerais. A Seção 44BBB é aplicável a empresas estrangeiras envolvidas no negócio de construção civil, montagem de instalações ou máquinas, ou teste ou comissionamento das mesmas, em conexão com um projeto de energia pronto para uso. Para obter informações detalhadas sobre 44AD, 44AE, 44ADA, 44BB e 44BBE, consulte a Seção 44 AB no link.

5. Como é determinado o status residencial de uma empresa?

Uma Empresa é considerada residente na Índia em qualquer ano anterior, se: É uma empresa indiana ou Seu local de gestão eficaz, em qualquer época daquele ano, é na Índia. Para mais informações, clique Para mais informações, clique aqui

6. Quais são as regras sob as quais um indivíduo precisa pagar impostos?

A Seção 14 da Lei do Imposto de Renda classificou a renda de um contribuinte em cinco categorias diferentes de renda, a saber: Salários. Renda da propriedade da casa Lucros e ganhos de negócios ou profissão Ganhos de capital Renda de outras fontes Para mais informações, clique aqui .

7. Um subsídio recebido do governo está sujeito ao Imposto sobre Bens e Serviços?

De acordo com a Seção 15 (2) (e) da Lei CGST, o valor do fornecimento de 2017 deve incluir subsídios diretamente vinculados ao preço, excluindo subsídios fornecidos pelo Governo Central e Governos Estaduais. Qualquer subsídio recebido do Governo, portanto, não será tributável e não será cobrado ao GST. Para mais informações, clique aqui

8. Um licitante estrangeiro exigiria um registro de Imposto sobre Bens e Serviços na Índia para a execução do contrato de obras?

Se o licitante estrangeiro vier à Índia para a execução do contrato de obras LSTK, então de acordo com a Seção 24 da Lei CGST, tal licitante estrangeiro deverá obter o registro GST obrigatoriamente na Índia. Para mais informações, clique aqui

9. Qual seria a aplicabilidade do Imposto sobre Bens e Serviços se um revendedor

Copyright © 2024 Invest India. All Rights Reserved.

fornecesse equipamentos de petróleo e gás gratuitamente?

Uma vez que o fornecimento é gratuito (portanto, nenhuma consideração envolvida), ele não seria tratado como fornecimento (de acordo com a seção 7 da Lei CGST de 2017) sob o GST e, portanto, não tributável ao GST. Para mais informações, clique aqui

10. Quais benefícios fiscais estão disponíveis para as unidades de negócios em Zonas Econômicas Especiais?

Uma isenção fiscal de 15 anos é concedida a unidades localizadas em Zonas Econômicas Especiais (SEZ) que estão envolvidas na exportação de bens e serviços. Isenção de 100% do Imposto de Renda sobre as receitas de exportação nos primeiros 5 anos fiscais. 50% para os próximos cinco anos fiscais. 50% do lucro da exportação nos próximos cinco exercícios fiscais, desde que um montante igual do lucro seja retido ou transferido para uma reserva especial nos livros de contas. Apenas as unidades que entrarem em operação em ou antes de 31 de março de 2020 podem reivindicar este feriado fiscal. Para mais informações, clique aqui .

11. Quem é obrigado a se registrar para o pagamento do Imposto sobre Mercadorias e Serviços?

Todo fornecedor é responsável por ser registrado sob esta Lei se seu faturamento agregado em um exercício financeiro exceder INR 40 lakhs / 20 lakhs no caso de estados de categoria especial (estados do Nordeste e Montanhoso). A seção 24 da Lei GST também especifica o registro obrigatório para pessoas, independentemente dos limites acima.

12. Quais componentes do salário estão isentos de imposto de renda?

Geralmente, sujeito a certas condições, os seguintes itens de remuneração não são tributáveis nas mãos dos funcionários: Abono de aluguel de casa (HRA) Certas verbas para viagens / passeios Reembolso de despesas médicas até os limites especificados Deixe a concessão de viagens Imposto cobrado por um empregador sobre benefícios não monetários Gratuidade Deixe encashment Contribuição do Fundo de Previdência do Empregador Além do acima mencionado, existem outros abonos, tais como abono de família, abono de pensão, etc., que fazem parte do salário e estão isentos de impostos, mas sujeitos a certas condições e / ou limites monetários. Para mais informações, clique aqui .

Copyright © 2024 Invest India. All Rights Reserved.

13. Qual o imposto a aplicar pelo prestador de serviços na fatura emitida em ou após 1 de julho de 2017 para serviços prestados até 30 de junho de 2017?

Sendo o momento do fornecimento emissão de nota fiscal nos termos da Lei CGST de 2017, o fornecedor de serviços deverá cobrar GST neste caso. No entanto, quando o pagamento de tais fornecimentos foi feito (antes da emissão da fatura) como adiantamento antes de 1 de julho de 2017, o imposto seria devido de acordo com a lei vigente antes de 1 de julho de 2017, uma vez que o ponto de tributação havia surgido antes deste data na medida do adiantamento. Para mais informações, clique aqui .

14. Quais são os tipos de impostos na Índia?

A estrutura tributária na Índia é dividida em impostos diretos e indiretos. Embora os impostos diretos incidam sobre o lucro tributável auferido por pessoas físicas e jurídicas, o ônus do depósito de impostos recai sobre os próprios autuados. Os impostos indiretos incidem sobre a venda e o fornecimento de bens e serviços, respectivamente, e o ônus para coletar e depositar impostos recai sobre os vendedores, e não sobre os tributados diretamente. Os impostos na Índia são cobrados pelo Governo Central e pelos Governos Estaduais. Alguns impostos menores também são cobrados pelas autoridades locais, como o Município e os Governos Locais. Para mais informações, clique aqui .

Copyright © 2024 Invest India. All Rights Reserved.